



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003353-20.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SEDES/COEDE.

ASSUNTO: : Erro material. Alterações no Contrato 001/2023. Contratada: **RALEDUC TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO LTDA** - Objeto: serviço de assinatura de licenças para acesso aos cursos a distância da plataforma Udemý for Government (UfG). Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 37 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Cuida-se de processo administrativo, por meio do qual se efetivou a contratação da **RALEDUC TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO LTDA**, formalizada pelo Contrato n. 001/2023, para a prestação de serviço de assinatura de licenças para acesso aos cursos a distância da plataforma Udemý for Government (UfG), pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 23 de janeiro de 2023 ([0970107](#)). Registra-se que tal avença é oriunda de contratação de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f" da Lei n. 14.133/2022 ([0964231](#)).

02. Na Remessa n. 55/2023 ([0981810](#)), a SECONT informa que, em **razão do erro material na Cláusula Décima** do Contrato, que estabelece a gestão, a execução e a fiscalização da contratação, elaborou minuta de Termo Aditivo, juntada no evento [0981802](#), alterando parcialmente a mencionada Cláusula, visando corrigir a gestão e execução conforme o item 8 do Termo de Referencial n. 14/2022/COEDE (evento [0949792](#)). Pelo Despacho 420/2023 ([0982461](#)), o titular da SAOFC encaminhou o processo a esta unidade para emissão de parecer jurídico. **É o necessário relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Da possibilidade de retificação contratual em razão de erro material

03. A Administração Pública, independente de acionamento do Poder Judiciário, deve retificar seus atos quando estão eivados de erro ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anulá-los quando são ilegais com fulcro no princípio da autotutela. Este reexame não é uma faculdade e sim um encargo, haja vista que a Administração está vinculada ao princípio da legalidade.

04. Destaca-se que, amparada pelas Súmulas n. 346 n. 473 do Supremo Tribunal Federal, a Administração pode de ofício rever seus atos quando praticados incorretamente.

05. Nesse diapasão, faz-se mister trazer à colação o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, in Curso de Direito Administrativo, 19ªed., pg. 87:

Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

É uma decorrência do princípio da legalidade; se Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade. (sem negrito no original)

06. Desta maneira, esta Assessoria entende que, em observância ao princípio da legalidade e da autotutela, bem como amparado pelas Súmulas STF 346 e 473, a Administração não só pode como deve rever seus atos a qualquer tempo e hora. Da análise dos autos, infere-se que a motivação para a retificação está restrita ao erro material na indicação da unidade gestora e da fiscalização do contratação, que na forma do TR juntado no evento n. [0949792](#), é efetivamente a **Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE**.

07. O erro material indicado é de fácil constatação. Não carece de maior exame para detectar a flagrante incompatibilidade entre a vontade e o que de fato foi expresso no documento. Assim, não é necessário recorrer à interpretação de conceito, estudo ou exames mais acurados para identificar essa incongruência, sendo percebido por qualquer pessoa que faça uma simples análise dos documentos da fase de planejamento da contratação até a assinatura do contrato pela empresa selecionada conforme deliberação no Despacho n. 1683/2023 - GABDG ([0964231](#)).

08. Deste modo, a correção do erro material descrito mostra-se não apenas possível, por não ir de encontro com os princípios regedores do Direito Administrativo, com também imperiosa, em razão de que o gestor público não pode deixar de promovê-la sob o risco de eventual confusão futura criada pela inexatidão material, a qual reflete uma situação ou algo que obviamente está desconectado verdade real.

09. Em sintonia com estas ponderações, a Advocacia Geral da União já manifestou o seguinte entendimento no Parecer n. 01131/2015/JAR/CGJLC/CONJUR-MP/CGU/AGU, conforme segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Verifica-se claramente que, não obstante a licitação ter ocorrido normal pelo preço dos serviços de agenciamento, **ocorreu um erro material na forma de preenchimento da Ata de Registro de Preço e na orientação de preenchimento dos contratos decorrentes, que a Administração, com base no princípio da autotutela, tem o dever de fazer a correção.**

11. Como decorrência também do princípio da legalidade a que a Administração está vinculada, por esse princípio da autotutela, que tem respaldo em duas súmulas do Supremo Tribunal Federal, a 346 e a 473, a Administração pode, de ofício, rever seus atos, quando praticados de forma incorreta. (...) 12. Esse é o entendimento pacífico nos tribunais pátrios, como se pode ver de trechos do acórdão Superior Tribunal de Justiça no MS 17921/DF, Primeira Seção, Rel. Min. Humberto Martins, data do julgamento 26.08.15, DJe 14.09.15: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. JUNTA COMERCIAL. MANDATO DE VOGAL. MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. NOMEAÇÃO. QUADRIÊNIO. ERRO DE FATO. CORREÇÃO. SÚMULAS 346 E 473 DO STF. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1.....

.....

4. "É certo que o poder de autotutela conferido à Administração Pública implica não somente uma prerrogativa, como também uma obrigação de sanear os vícios e restabelecer o primado da legalidade em hipótese na qual se depara com equívocos cometidos nas incontáveis atividades que desempenha, conforme reza as Súmulas 346 e 473, do STF e o art. 53 da Lei nº 9.784/99" (MS 16.141/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2.6.2011)." (sem grifo no original)

10. Além disso, sobre este tema, é importante mencionar o precedente da E-CJU/SCOM/CGU/AGU (Parecer n. 00355/2020/ADV/E-CJU/SCOM/CGU/AGU - NUP: 08410.007266/2018-09), que por sua vez faz referência à parecer da CONJUR/MTE. Veja-se:

7. Ressalte-se que a Administração possui o dever de revisar de ofício seus próprios atos, seja para anulá-los, quando inquinados de vícios insanáveis de ilegalidade, seja para corrigi-los ou convalidá-los, quando apresentem defeitos sanáveis, a exemplo de atos contendo meros erros materiais e aritméticos, como no caso em apreço. A medida encontra fundamento no princípio da autotutela administrativa, na linha da jurisprudência já sumulada do STF (Súmula 346 e 473). 8. A propósito, assim já se pronunciou a Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, em situação idêntica à versada nos presentes autos:

PARECER/CONJUR/MTE/Nº 147 /2009 (...)

4. A Administração pode e deve corrigir seus erros quando identificados, retificando-os por meio de Termo Aditivo que é o instrumento apropriado para modificar o contrato que, no caso, visa a corrigir um evidente erro material no valor anual do contrato, compatibilizando-o com o valor mensal estimado já previsto no Sexto Termo Aditivo anteriormente subscrito. (PARECER/CONJUR/MTE/Nº 147 /2009. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2019)

11. Em razão do disposto acima, a Administração pode e deve retificar o dispositivo do Contrato n. 01/32 identificado com erro material e seu consequente reflexo no valor total do contrato, mediante a lavratura de termo Aditivo, que é o instrumento apropriado para modificar o contrato, pois esta alteração preserva os ditames contratuais em sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

totalidade, com fundamento no **Princípio da Autotutela conferido pelas Súmulas n. 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal**.

2.2 Da minuta do 1º Termo Aditivo à Contrato n. 001/2023

12. Com relação à minuta juntada aos autos ([0981802](#)), cabe a esta AJDG analisá-la e aprová-la, consoante dicção do art. 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021. Assim sendo, em análise de seu aspecto formal, ela contempla as informações necessárias e suficientes para o propósito do ato com fundamento no **art. 91 da Lei n. 14.133/2021**. Destaque, em particular, para o registro no aludido documento das modificações derivadas da retificação e da ratificação das demais disposições contratuais. Percebe-se, ainda, que os referidos instrumentos se encontram em **conformidade** com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

13. Diante ao exposto, restrita aos aspectos jurídico-legais do caso em apreço, conclui-se que é juridicamente viável a proposta da Administração de sanar o equívoco existente por meio de Termo Aditivo ao Contrato n. 001/2023, o qual, retifica os termos da CLÁUSULA DÉCIMA da avença original para a correta indicação da de gestão e fiscalização do contrato. Fundamento: **art 91 da Lei n. 14.133/2021 c/c o Princípio da Autotutela conferido pelas Súmulas n. 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal**.

14. Outrossim, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2023 ([0981802](#)) para cumprimento do **art. 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021**, estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 03/03/2023, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0984026** e o código CRC **E304B2AF**.